

SUMÁRIO

PARTE I SEGURANÇA PÚBLICA, USO DA FORÇA E CONTROLE DEMOCRÁTICO

Capítulo 1

O MONOPÓLIO ESTATAL DA FORÇA E SEUS LIMITES CONSTITUCIONAIS	23
1.1. A formação do Estado moderno e o monopólio da força	23
1.2. Uso legítimo da força e limites jurídicos	27
1.3. Segurança pública como função constitucional do Estado	30
1.4. A tensão entre autoridade estatal e direitos fundamentais	35

Capítulo 2

USO DA FORÇA E INTERVENÇÕES POLICIAIS NO ESTADO CONSTITUCIONAL	39
2.1. Mortes decorrentes de intervenção policial	40
2.2. Autos de resistência	43
2.3. A construção do conceito de “verdade jurídica de partida” nas narrativas de intervenção policial	48
2.4. Transparência e <i>accountability</i> no sistema de segurança pública	50

PARTE II

DEVER ESTATAL DE INVESTIGAR

Capítulo 3

O DEVER DE INVESTIGAR COMO OBRIGAÇÃO JURÍDICA DO ESTADO BRASILEIRO.....	57
3.1. O dever de investigar no direito constitucional	58
3.2. A investigação como dimensão da proteção aos direitos fundamentais	60
3.3. Responsabilidade estatal por investigações ineficazes.....	61

Capítulo 4

PARÂMETROS INTERNACIONAIS DE INVESTIGAÇÃO DE VIOLAÇÕES ESTATAIS	65
4.1. Padrões desenvolvidos pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	66
4.1.1. Caso Garibaldi vs. Brasil	69
4.1.2. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil.....	70
4.1.3. Caso Honorato e outros vs. Brasil.....	73
4.1.4. Caso Pessoas dominicanas e haitianas expulsas vs. República Dominicana	75
4.1.5. Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil	76
4.1.6. Caso Cley Mendes e outros (Chacina do Tapanã) vs. Brasil.....	77
4.1.7. Caso Nadege Dorzema e outros vs. República Dominicana....	79
4.1.8. Caso Montero Aranguren e outros (Retén de Catia) vs. Venezuela	80
4.2. Observações da visita de trabalho da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao Brasil: Operação Contenção (RJ).....	81
4.3. Diretrizes da Organização das Nações Unidas sobre investigações de mortes potencialmente ilícitas: Protocolo de Minnesota	88
4.4. Controle independente e responsabilização hierárquica: os Princípios Básicos das Nações Unidas sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.....	91

4.5. Diretrizes da ONU de 1990 sobre o Papel dos Procuradores e Promotores: garantia de investigações imparciais.....	92
4.6. As comissões internacionais de investigação e os parâmetros de independência investigativa no direito internacional: análise do Guia Prático das Nações Unidas	95

PARTE III

PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CONTROLE DAS INTERVENÇÕES POLICIAIS

Capítulo 5

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO	101
5.1. O Ministério Público como instituição constitucional	103
5.2. Funções institucionais e proteção dos direitos fundamentais.....	105
5.3. Independência funcional e dever de atuação.....	107

Capítulo 6

O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL.....	111
6.1. Fundamentos constitucionais do controle externo.....	112
6.2. Dimensão democrática do controle da atividade policial	114
6.3. O controle externo estruturante: conceito, alcance e implicações institucionais	115

PARTE IV

CONSTRUÇÃO NORMATIVA DA INVESTIGAÇÃO DE MORTES EM INTERVENÇÕES POLICIAIS

Capítulo 7

CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 310/2025.....	121
7.1. Origem institucional da norma.....	123
7.2. Antecedentes: Resolução CNMP nº 129 de 2015.....	124
7.3. Déficit estruturais das investigações de letalidade policial como pressuposto da Resolução CNMP nº 310/2025.....	129

7.4. Finalidades e objetivos da resolução.....	131
7.5. A Resolução CNMP nº 330/2026 e o diferimento da produção de seus plenos efeitos	133

Capítulo 8

ESTRUTURA NORMATIVA DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 310/2025	137
8.1. Estrutura e organização da norma	138
8.2. Fundamentos normativos: diálogo entre direito internacional dos direitos humanos, jurisprudência interamericana e jurisdição constitucional brasileira (considerandos).....	140
8.3. Conceitos fundamentais adotados pela resolução.....	144
8.4. Âmbito de aplicação e hipóteses de incidência.....	149
8.5. Princípios orientadores da atuação ministerial no âmbito da letalidade policial	153
8.6. Proteção da vítima	156
8.7. Integração com o direito internacional dos direitos humanos: Recomendação CNMP nº 96/2023	165

PARTE V

ARQUITETURA DA INVESTIGAÇÃO DE MORTE, VIOLÊNCIA SEXUAL, TORTURA, DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS E OUTROS CRIMES OCORRIDOS EM DECORRÊNCIA OU NO CONTEXTO DE INTERVENÇÕES DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Capítulo 9

ATUAÇÃO INICIAL E PRESERVAÇÃO DA PROVA	171
9.1. Comunicação da ocorrência ao Ministério Público.....	171
9.2. Busca ativa e monitoramento institucional de ocorrências: a contribuição da Orientação nº 18 da 7ª CCR/MPF.....	175
9.3. Preservação da cena do crime.....	181
9.4. Cadeia de custódia e integridade da prova.....	186
9.5. Atuação pericial e documentação da ocorrência.....	189
9.6. Autonomia pericial e independência técnica da investigação	194

Capítulo 10

A CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	207
10.1. Estrutura institucional da investigação e o conceito de dominialidade investigativa	209
10.2. Alteridade investigativa e independência da apuração	214
10.3. Requisições investigativas do Ministério Público	216
10.4. Produção probatória e formação da <i>opinio delicti</i>	223
10.5. Oitivas	225
10.5.1. Oitiva dos agentes de segurança pública	228
10.5.2. Oitiva das vítimas, familiares e testemunhas presenciais	231
10.6. Encerramento da investigação e responsabilidade decisória do Ministério Público.....	233
10.7. Roteiro prático de verificação investigativa em crimes decorrentes de intervenção policial.....	236
10.7.1. Preservação e perícia do local.....	237
10.7.2. Necropsia e exames complementares	238
10.7.3. Armas, munições e resíduos de disparo.....	238
10.7.4. Oitivas e reconstrução da dinâmica dos fatos.....	239
10.7.5. Evidências telemáticas, audiovisuais e eletrônicas	240
10.7.6. Documentação operacional e registros institucionais.....	241
10.7.7. Análise do uso da força e da cadeia de comando	242

PARTE VI GOVERNANÇA, CONTROLE E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DA INVESTIGAÇÃO

Capítulo 11

UMA ANÁLISE DA SENTENÇA DO CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA VS. BRASIL E A RESOLUÇÃO CNMP Nº 310/2025	247
---	------------

Capítulo 12

ADPF 635 (“ADPF DAS FAVELAS”): CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	257
--	------------

Capítulo 13

O PAPEL DAS CORREGEDORIAS E O PROVIMENTO CNMP Nº 1/2026	273
--	------------

Capítulo 14

ORIENTAÇÃO Nº 16 DA 7ª CCR/MPF E O CRITÉRIO DA SUBSIDIARIEDADE INVERSA.....	279
--	------------

Capítulo 15

A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (PFDC, PRDC E PDC) E MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS. OPERAÇÃO CONTENÇÃO (RJ)	285
--	------------

Conclusão

QUEM CONTROLA O USO DA FORÇA CONTROLA O PRÓPRIO ESTADO	297
---	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	299
---	------------